



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

REQUERIMENTO nº de 2024.
(do Sr. Deputado Zé Trovão)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Pesca e Aquicultura, sobre os problemas relacionados ao pagamento do seguro-defeso (seguro-desemprego do pescador artesanal), benefício fundamental para a subsistência de milhares de pescadores artesanais durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para garantir a reprodução das espécies.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam prestadas, no prazo legal, as seguintes informações sobre os problemas relacionados ao pagamento do seguro-defeso (seguro-desemprego do pescador artesanal) benefício fundamental para a subsistência de milhares de pescadores artesanais durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para garantir a reprodução das espécies.

Assim, solicito ao Ministério as seguintes informações:

1. *Quais são as razões específicas que levaram ao atraso no pagamento do seguro-defeso para o período de defeso de 2024/2025?*
2. *Qual é o “status” atual do processamento dos pedidos e quais ações concretas foram implementadas para agilizar a análise e liberação dos pagamentos?*
3. *Que medidas têm sido tomadas para solucionar eventuais problemas relacionados ao registro biométrico ou outros entraves burocráticos enfrentados pelos pescadores?*
4. *O Ministério possui um plano de contingência ou previsão de melhorias no*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

processo de concessão do seguro-defeso para evitar atrasos semelhantes nos próximos anos?

5. *Qual é o prazo definitivo para que todos os pescadores aptos ao benefício tenham seus pagamentos regularizados?*

JUSTIFICAÇÃO

Os relatos de atraso no pagamento têm gerado grande preocupação, especialmente porque muitos pescadores, que dependem exclusivamente dessa atividade, enfrentam graves dificuldades financeiras, incluindo a impossibilidade de arcar com contas básicas, como água, energia elétrica e alimentação.

O seguro-defeso não é apenas um auxílio financeiro, trata-se de uma política pública fundamental que assegura condições mínimas de dignidade para pescadores e suas famílias que dependem exclusivamente dessa atividade para sobreviver. Durante o período de defeso, essas famílias ficam impossibilitadas de exercer sua profissão, tornando o pagamento do benefício um instrumento indispensável para evitar que essas comunidades enfrentem situações de fome, endividamento e vulnerabilidade extrema.

A celeridade no pagamento do seguro-defeso é crucial. A ausência do benefício em tempo hábil compromete a segurança alimentar de milhares de famílias e impacta negativamente o sustento de comunidades inteiras que dependem da pesca artesanal. É inaceitável que pescadores, como relatado em diversas regiões do país, especialmente em Santa Catarina, enfrentem dificuldades para pagar contas básicas e até mesmo para adquirir alimentos devido ao atraso na liberação de um direito que deveria ser garantido com eficiência.

Reforço que este benefício é um instrumento de proteção social que não pode sofrer atrasos, especialmente em um período sensível como o fim do ano, quando o impacto emocional e financeiro se agrava. Garantir o pagamento com celeridade não é apenas uma obrigação legal, mas também um compromisso moral com essas comunidades, que desempenham um papel importante na economia local e na preservação ambiental.

Aguardando a resposta no prazo legal, reitero a necessidade de prioridade





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Zé Trovão (PL/SC)

e eficiência na resolução dessa questão.

Atenciosamente,

Sala das comissões, de de 2024.

Deputado ZÉ TROVÃO
(PL/SC)

Apresentação: 18/12/2024 10:59:24,293 - MESA

RIC n.4667/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246793277300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Trovão

